

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTE** e **CUT**

Assembleia aprova calendário de mobilização contra os ataques de Temer e Alckmin

Categoria mantém debate sobre a greve para definir o melhor momento de sua realização

Nas regiões, manter e ampliar os comitês de luta contra o golpe e em defesa dos direitos

Contra a reforma do ensino médio!

No momento em que trinta mil professoras e professores realizavam nossa assembleia estadual na Avenida Paulista, na quinta-feira, 22/9, o governo biônico de Michel Temer apresentava a reforma do ensino médio, que enviará ao Congresso Nacional por meio de uma Medida Provisória, denotando mais uma vez o caráter autoritário deste governo ilegítimo, fruto do golpe que afastou a legítima presidenta eleita, Dilma Rousseff.

Nesta semana, o Grupo de Educação do Ministério Público Federal já apontara por meio de nota que “a utilização do instrumento da Medida Provisória para tratar de tema tão sensível e complexo é temerário e pouco democrático” e, ainda, que “por se tratar de tema que envolve milhares de instituições públicas e privadas, centenas de organizações da sociedade civil e milhões de profissionais, imaginar que um governo pode, sozinho, apresentar uma solução pronta e definitiva é uma ilusão incompatível com o regime democrático. Mais que inefetiva, a apresentação de soluções fáceis para problemas complexos é um erro perigoso.”

Este governo, contudo, é insensível a qualquer ponderação e está imbuído da missão de retirar dos trabalhadores e do povo brasileiro toda e qualquer conquista dos últimos anos.

Webconferência nacional lançará frente contra a reforma do ensino médio

A APEOESP produzirá uma análise mais detalhada da reforma que está sendo encaminhada e promoverá, juntamente com a CNTE, em São Paulo, uma webconferência nacional sobre o tema, no dia 7/10, momento no qual será lançada uma Frente Nacional Contra a Reforma do Ensino Médio e serão debatidas iniciativas nacionais e estaduais contra o projeto do governo.

A ação da nossa categoria tem que ser imediata e contundente. Por isso, estamos convocando um Encontro Estadual de Professores de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, disciplinas que serão mais atingidas, no dia 30/9, às 14 horas, na Sede Central da APEOESP.

A proposta do governo biônico afronta a LDB

Numa análise preliminar, verifica-se que a proposta do governo flexibiliza e reduz o currículo e acaba com a obrigatoriedade das disciplinas de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia. O texto também altera a contratação de professores, que poderá ser feita sem concurso e sem formação específica na disciplina, desde que tenha “notório saber”. Este aspecto afronta totalmente os artigos 61, 62 (caput) e 67 da

Lei 9394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional):

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

(...)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

(...)

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

(...)

Já derrotamos esta reforma em SP. Vamos derrotá-la novamente!

O tipo de reforma promovida por Temer é, em grande medida, a mesma que os governos do PSDB no estado de São Paulo pretenderam implementar desde a década de 2000. Não conseguiram, porém, graças à luta da nossa categoria, organizada pela APEOESP, em aliança com outros setores sociais. No ano 2000, nossa greve teve esta questão como um dos principais pontos de pauta e derrotou a então secretária Rose Neubauer, que recuou do projeto. Sempre reagimos prontamente a qualquer nova tentativa de realizar esta reforma. Em 2015, novamente, o então secretário Herman Voorwald anunciou que promoveria a flexibilização do currículo do ensino médio, naquilo que denominamos como “currículo a la carte”. Denunciamos imediatamente a iniciativa, alertando e mobilizando os professores, os estudantes, as famílias e toda a sociedade para as consequências que este tipo de medida acarretaria, fazendo o secretário recuar momentaneamente.

Entretanto, ao remeter para a Assembleia Legislativa o projeto de Plano Estadual de Educação, o

governo Alckmin, além de alterar substancialmente o que havia sido elaborado pelo Fórum Estadual de Educação, criou um nova meta (então numerada como Meta 22), recolocando a questão de “novo modelo de ensino médio”. Mais uma vez fomos à luta. Denunciamos a manobra e, já sob a gestão do atual secretário da Educação, obtivemos a retirada deste item.

Reforma rebaixa o ensino médio e prejudica a todos

Na realidade, nesta primeira e superficial análise, podemos afirmar que a proposta do governo biônico de Michel Temer prejudica todos os segmentos envolvidos. Professores e estudantes sofrerão as consequências da retirada das importantes disciplinas citadas; há evidente desregulamentação da profissão docente; há um gravíssimo retrocesso em relação à qualidade do ensino médio, que já sofria de graves problemas, ao não garantir uma base comum na educação básica a todos os estudantes, conforme definido na LDB.

O que está se promovendo, afinal, é um retorno a um modelo de educação funcionalista e tecnicista, destinado a formar mão de obra com base no desenvolvimento de “habilidades” e não a formação integral dos estudantes, como profissionais e como cidadãos, aptos a compreender e atuar na realidade em que vivem e também para a continuidade dos estudos em nível superior.

Os ataques exigem resposta contundente

Este é apenas um dos ataques promovidos pelo governo ilegítimo. Como já publicado no Boletim Informa Urgente 55, há outras medidas contra os trabalhadores e contra os serviços públicos.

Não aceitaremos a retirada de direitos e o comprometimento de serviços públicos fundamentais, entre eles educação e saúde, contidos na reforma do ensino médio, na reforma da previdência, na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 e n Projeto de Lei Complementar (PLP) 257, que preveem, entre outros pontos, o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, proibem aumentos salariais para os servidores, suspendem concursos e contratações, acabam com a vinculação constitucional de verbas para a educação e saúde.

A APEOESP elaborará uma cartilha explicando à população todas as reformas que atacam os trabalhadores e os serviços públicos.

Da mesma forma, no Estado de São Paulo, não aceitamos a política de reajuste zero imposta pelo governador Geraldo Alckmin e estamos lutando por um reajuste salarial emergencial de 16,6% (para repor

a inflação acumulada) e pela instalação do Grupo de Trabalho para discutir a implementação da Meta 17 do PNE, jornada do piso e 25 estudantes por classe.

Além disso, aventa-se a municipalização dos anos finais do ensino fundamental (que Alckmin tentou embutir no Plano Estadual de Educação, mas não conseguiu graças à nossa mobilização) e sequer a chamada dos aprovados nos concursos de PEB I e PEB II, que estava prometida para o segundo semestre, está garantida. Nossa pauta inclui a exigência de que todos sejam chamados.

A APEOESP se posiciona claramente pela realização de uma greve geral de todos as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e participará de todos os movimentos nesta direção.

Frente a este quadro, a assembleia aprovou o seguinte calendário e encaminhamentos:

Dia 5 de outubro:

Participar do Dia Nacional de Paralisação do Funcionalismo Público, com ato nacional em Brasília contra a PEC 241 e o PLC 257, a reforma da previdência e a reforma trabalhista. A APEOESP enviará caravana a Brasília e denunciará juntamente com outras entidades de professores, além das medidas já apontadas a reforma do ensino médio.

No mesmo dia, com paralisação, as subsedes devem realizar atos públicos, panfletagens e aulas públicas utilizando a cartilha sobre a qual já nos referimos.

Dia 7 de outubro:

Em conjunto com a CNTE, a APEOESP promoverá uma webconferência para discutir a reforma do ensino médio. Devem participar da conferência entidades estudantis e acadêmicas.

Indicativamente, ficou definido o dia **21 de outubro** para nova assembleia e para propor às centrais sindicais nova paralisação com manifestações centralizadas. A data unificada poderá ser alterada em função do debate a ser feito com as centrais.

Nas subsedes, devem ser mantidos e ampliados os comitês contra o golpe, em defesa da democracia e dos direitos e conquistas dos trabalhadores. Contra qualquer reforma que retire direitos e promova retrocessos.

Campanha “Municipalização não é solução!”. Com cartaz e materiais. Deve ser feito um trabalho junto às Câmaras Municipais para denunciar aos vereadores que o governo do Estado quer “prefeiturizar” o Ciclo II do ensino fundamental, pois não repassará os recursos correspondentes.

A APEOESP também realizará, em data a ser definida, uma webconferência sobre gestão democrática, que deverá iniciar um processo de conferências escolares, conferências regionais e conferência estadual sobre o tema.

Nossas principais reivindicações:

- contra a reforma do ensino médio
- contra a reforma da previdência
- contra a PEC 241
- contra o PLP 257
- contra a reforma trabalhista
- contra todas as reformas que retiram direitos e promovem retrocessos
 - reajuste emergencial de 16,6%, para repor a inflação acumulada entre julho/2014 e fevereiro/2016
 - implementação da meta 17 do Plano Estadual de Educação (equiparação salarial com os demais profissionais com formação de nível superior)
 - implementação da jornada do piso
 - não à reorganização, reabertura das classes fechadas, desmembramento das classes superlotadas
 - no máximo 25 alunos por classe
 - melhores condições de trabalho
 - não à municipalização dos anos finais do ensino fundamental: “Municipalização não é solução!”
 - prevenção e promoção da saúde dos servidores e em defesa do IAMSPE
 - gestão democrática
 - garantia de emprego
 - convocação de todos os concursados (PEB I e PEB II)
 - Cala a boca não. Contra a farsa da “escola sem partido”.